

1 ATA DA 46ª REUNIÃO DO DIRETÓRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO
2 PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, realizada no dia 13 de
3 setembro de 2016 (terça-feira), às 9h30min, na sede deste Comitê, Avenida Almirante
4 Adalberto de Barros Nunes, 5900 – Belmonte, Volta Redonda/RJ, com a presença de 05 (cinco)
5 membros do Diretório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (conforme
6 relação de presença no final desta ata) com a seguinte Ordem do dia: **1. Abertura; 2-**
7 **Aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária de Diretório; 3- Situação dos Recursos**
8 **do FUNDRHI; 4 - Cobrança: Proposta de aumento de PPU; 5 - Delimitação das**
9 **microbacias dos principais afluentes do Rio Paraíba do Sul na Região do Médio Paraíba**
10 **e geração de mapas temáticos; 6- Assuntos Gerais; 7 - Encerramento. Item 1. Abertura;** A
11 Sra. Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA-RJ) deu início à reunião invertendo a pauta para que
12 pudesse tratar do assunto que o Sr. Edson teria parte e após ele ficaria liberado. **Item 2-**
13 **Aprovação da Ata da 45ª Reunião Extraordinária de Diretório;** A ata foi aprovada sem
14 objeções. **Item 3- Situação dos Recursos do FUNDRHI;** A Sra. Vera explicou a situação ao
15 representante do departamento jurídico da AGEVAP, Sr. Edson Brasil, que diz respeito à
16 regularização judicial do repasse dos recursos da cobrança para a operacionalização das
17 ações do comitê em face à crise vivenciada no momento. O Comitê tem intenção de abrir um
18 processo contra o estado para garantir o repasse. O Sr. Edson, jurídico da AGEVAP, disse
19 que, primeiramente deve se tomar a decisão de quem será o autor da ação (AGEVAP ou CBH)
20 CBH não tem CNPJ, porém assim como outras entidades tem capacidade processual (pode
21 entrar na justiça pra defender as suas prerrogativas). Ele disse que a decisão ainda não foi
22 tomada pois preocupa o reflexo na relação contratual da AGEVAP com o INEA. Mesmo sendo
23 afirmado pelo Secretário do Estado que não haverá nenhuma represália, há ainda um receio de
24 fazer a ação no nome da AGEVAP. Há mais dificuldade para convencer o juiz que o CBH pode
25 entrar com o processo não tendo CNPJ, então o ideal seria a AGEVAP entrar com o processo
26 no caso de realmente não haver o mal estar. Tomando essa decisão, será tomada uma
27 segunda decisão: o que será pedido ao juiz (uma medida mais drástica como autorizar que a
28 arrecadação seja feita diretamente para a AGEVAP, seria ideal o que ele considera difícil
29 conseguir). A ideia é que este recurso não circule em outras contas do estado. E a segunda
30 opção é ter uma margem de segurança mais tranquila que é desvincular o FUNDRHI da CUTE,
31 pois lá ele não está financeiramente, mas está contabilmente, sendo assim explicaria a
32 situação ao juiz e a dinâmica. A Sra. Vera disse que o INEA enviou uma carta com os repasses
33 já garantidos. A Sra. Roberta disse que eles não responderam à carta de solicitação de
34 pagamento de acordo com o solicitado à Secretaria de Fazenda. O Sr. Edson disse que acha
35 melhor determinar daqui para frente (o dinheiro que ainda será arrecadado). Serão utilizados
36 os argumentos do risco de colapso, a insegurança dos usuários e etc. E ainda será solicitado
37 que os valores que já foram depositados também sejam transferidos para essa nova conta.



38 Estão sendo estudadas todas as estratégias possíveis para saber o que vale à pena
39 juridicamente, visto que do ponto de vista legal está claro que o dinheiro é do CBH. Serão
40 enfrentadas questões políticas. A Sra. Flávia Pires (Indústrias Nucleares do Brasil) disse que
41 acha que deve ser a AGEVAP a autora, visto que o CBH não existe para isso, e para ela é
42 muito claro que deve ser AGEVAP a autora. O Sr. Edson disse que o maior problema é que
43 quando o judiciário analisa ação de entidade privada é diferente de pública, e ele acha que os
44 dois juntos teria mais força. O Sr. Sérgio Alves (SEA) sugeriu que em relação à ação, o CBH
45 deveria fazer a ação e entrar no Ministério Público Estadual com ação civil pública para poder
46 resolver isso de uma maneira não judicial ou uma das ONGs pertencentes ao CBH entrar com
47 a ação no Ministério Público. O Sr. Edson disse que acha melhor entrar com a ação e ter o
48 Ministério Público apenas acompanhando. Mas o Sr. Edson teve a ideia de, como última
49 tentativa antes da ação, tentar um TAC com o Ministério Público. Para isso agendaria uma
50 reunião. A Sra. Vera perguntou se o Sr. Edson poderia marcar essa reunião com o Ministério
51 Público. O Sr. Edson de posse dos detalhes da opinião dos diretores traçará a estratégia e
52 ainda repassará para avaliação e o “de acordo” dos diretores. O advogado ainda ficou de
53 trabalhar na argumentação jurídica nesse meio tempo e a Sra. Vera deixou disponível o CNPJ
54 da ONG “O Nosso Vale! A Nossa Vida.”, da qual é representante legal, para ser utilizado na
55 ação. O Sr. Edson dará início à preparação da medida e iniciar a tratativa com o Ministério
56 Público. Ele ainda manterá contato com o CBH e dirá os passos que serão tomados. Além
57 disso ele disse que tem intenção de aproveitar o momento e implantar a mesma política de
58 arrecadação da ANA, indo direto do FUNDRHI para a conta da AGEVAP. **Item 4 - Cobrança:**
59 **Proposta de aumento de PPU;** A Sra. Vera explicou que o PPU, que é o Preço Público
60 Unitário correspondente à cobrança pela captação, consumo e diluição de efluentes para cada
61 m³ de água captada, atualmente está defasado. Ela disse que o os comitês Guandu e Rio Dois
62 Rios já atualizaram os valores e o Médio Paraíba do Sul precisa fazer o mesmo para
63 homogeneizar e aproveitar para rever todos os mecanismos de cobrança. A Sra. Roberta
64 Abreu (AGEVAP) fez uma apresentação incluindo o histórico dos mecanismos atuais da
65 cobrança, objetivos e o papel do comitê em todo o processo. Ela falou também a respeito da
66 atual metodologia utilizada baseada na metodologia do CEIVAP. Falou sobre outorga e os
67 diferentes usos inclusive o perfil dos usuários pagantes. Expôs a situação atual com valores
68 defasados, metodologia diferente, usuários que não são cobrados, etc. e propôs a revisão de
69 cobrança com correção do PPU e harmonização da metodologia do CEIVAP, incluir os
70 usuários não cobrados e revisar parâmetros de qualidade além de DBO. A Sra. Vera sugeriu
71 convidar a pessoa do CEIVAP para corrigir a metodologia e o PPU antes da Plenária do CBH -
72 Médio Paraíba do Sul. A Sra. Flávia sugeriu colocar na resolução uma previsão de reajuste
73 para que não tenha um impacto tão alto com correção anual. A Sra. Roberta continuou a
74 apresentação sugerindo a inclusão das PCHs na cobrança. Foi colocado que será imposto



75 essa forma de cobrança para PCHs. Conclui-se que deve ser feita uma revisão e definição de
76 parâmetros adequando e harmonizando com o CEIVAP. Os mecanismos de cobrança ficam
77 para o próximo ano. Para discutir mais sobre o assunto e apresentar à CT e aos usuários,
78 organizar uma Oficina, convidando o INEA e a ANA/CEIVAP para apresentarem sobre a
79 cobrança. **Item 5 - Delimitação das microbacias dos principais afluentes do Rio Paraíba**
80 **do Sul na Região do Médio Paraíba e geração de mapas temáticos;** O Sr. Leonardo
81 Guedes (AGEVAP) apresentou a proposta do layout do atlas desenvolvido pelo Diretório do
82 CBH-MPS com a hidrografia e a divisão das microbacias. O Sr. Andrei (K2 Sistemas) utilizará
83 as ottobacias da ANA como referência. O Sr. Sergio Alves (SEA) solicitou que as linhas sejam
84 mais finas e a imagem seja mais próxima da real. Os membros deram sugestões de mudanças
85 de cores nos mapas. Diminuir todas as linhas e colocar a cor mais forte. **Item 6- Assuntos**
86 **Gerais;** A Sra. Vera falou sobre o aditivo de contrato que a Sra. Livia Soalheiro pediu para ser
87 encaminhado ao Sr. Arimathéa para assinatura e disse que não concorda que o CBH - Médio
88 Paraíba assine o mesmo. Ela disse que quando o Comitê Guandu comentou que faria a
89 solicitação para obras emergenciais ao CEIVAP, em reunião do CERHI e que se pagasse
90 algumas obras emergenciais para enfrentar a crise hídrica para a CEDAE, ela discordou
91 dizendo que o Estado seria duplamente beneficiado e o Comitê Guandu já paga muito pouco
92 pela cobrança. Sendo assim ela só aceitaria caso ele aceitasse o acordo que estava sendo
93 discutido, a proposta de 15% mais 25% para os comitês afluentes, no grupo que foi criado para
94 isso, e tirasse desse valor as reformas nas estações de tratamento. E isso não foi aceito pelo
95 presidente, Sr. Julio, imediatamente. Ele ficou de estudar uma saída de incluir esse valor para
96 pagamento das obras. Foi aprovado apenas 5% e ela disse que como não foi cumprido o
97 acordo pelo Comitê Guandu, não acha certo que o CBH - Médio Paraíba assine. Será enviada
98 uma cópia para o procurador Diogo da Prefeitura de Pinheiral para um parecer jurídico. 2- É
99 necessário um diretor disponível para ir nas reuniões da CTIG e CTIL (CERHI) que tratará do
100 PAP- CBH - Médio Paraíba nos dias 21 e 26 de setembro. Ficou definido que será o Sr. Jardel
101 (SAAE-BM) o representante para o dia 21 e a Sra. Vera para dia 21 e 26 na reunião do CERHI.
102 3- A Sra. Vera perguntou para a Sra. Flávia Pires (Indústrias Nucleares do Brasil) sobre a
103 ligação recebida do Sr. Rodney que se identificou como representante das Indústrias Nucleares
104 do Brasil e solicitou alguns documentos alegando ser o representante da instituição neste
105 comitê. A Sra. Flávia disse que realmente houve reestruturação na empresa porém disse que
106 esse trabalho de representação pertence ao setor de educação ambiental, o qual ela
107 representa e ainda tem responsabilidade nisso e até onde ela sabe não houve alteração nessa
108 representação mas verificará internamente a situação. 4- Foi informada a solicitação do Sr.
109 Markus, membro da Câmara Técnica e representante da ADEFIMPA que solicitou representar
110 o CBH no dia 22 de setembro no seminário do CNI e foi autorizado o pagamento de meia
111 diária. Ele solicitou também a representação para o evento Pegada Hídrica em Brasília/DF, o

l12 Diretório entendeu a relevância do Curso para seu corpo técnico mas informou que
l13 infelizmente não será possível cobrir essas despesas. Segundo a Resolução CBH-MPS
l14 55/2016, que aprova a concessão de diárias, ajudas de custo e reembolso, em seu anexo IV, o
l15 valor máximo para reembolso de despesas com inscrições é de R\$ 500,00 (A inscrição deste
l16 curso custa R\$ 1700,00). Além disso haveria outras despesas com transporte e hospedagem e
l17 devido à crise financeira que estamos vivenciando no momento o CBH-MPS não terá
l18 condições orçamentárias para cobri-las. 5- A Sra. Vera falou sobre as informações da reunião
l19 do GTAOH e anunciou a reunião que haverá dia 26 ou 27. Falou sobre a reunião de 5 e 6 de
l20 outubro que discutira em imersão com o GTAI o CEIVAP como um todo. Falou que o ECOB
l21 será 28 e 29 de agosto em Paraty. E o ENCOB será em Brasília com data ainda a se marcar.
l22 Roberta falou sobre o *SAVE the Date* para o seminário Brasil x França que a AGEVAP está
l23 organizando para o dia 29 de novembro para todos agendarem que em breve será enviada a
l24 programação e dia 30 será a Plenária do CEIVAP. O Sr. Leonardo falou que amanhã será
l25 assinado o contrato com a empresa que fará o projeto arquitetônico para o Projeto Cílios do
l26 Paraíba e logo após será encaminhado à empresa que o fará. A Sra. Flávia falou sobre o
l27 programa de educação ambiental da INB que está trabalhando com seminário interno sobre
l28 impactos ambientais e tem a ideia de fazer uma oficina com os técnicos que trabalham com os
l29 impactos para que seja compartilhado conhecimento e montar material didático sobre os
l30 impactos que essas instalações oferecem ao meio ambiente. **7 – Encerramento:** Não
l31 havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada pela vice-presidente do CBH-MPS, tendo a
l32 presente ata sido lavrada por mim Paulo Eugenio Barros, Especialista Administrativo -
l33 AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pela Vice-Presidente do CBH-MPS Sra.
l34 Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA).

l35
l36
l37
l38
l39 Volta Redonda, 13 de setembro de 2016.

l40
l41
l42 

l43 Vera Lúcia Teixeira

l44 Vice-Presidente

149 **Encaminhamentos:** 1- Convidar para a oficina sobre cobrança: ANA, CEIVAP e INEA, bem
150 como os usuários do CBH-Médio Paraíba. 2- Enviar ao Sergio quais municípios não enviaram
151 lista com as Unidades de Conservação existentes no município para o Leonardo para que ele
152 possa cobrá-los. 3- Fazer carta do CBH-MPS discordando da assinatura do Termo aditivo,
153 após retorno do procurador da Prefeitura de Pinheiral através do Sr. Joaquim.

154
155 **Lista de Presença:**

156
157 **Membros representantes do Poder Público:** Joaquim Leonardo Valim (P. M. Pinehrial),
158 Sérgio Alves (SEA)

159
160 **Membros representantes dos Usuários:** Jardel Azevedo (SAAE-VR), Flávia Pires (Indústrias
161 Nucleares do Brasil-INB)

162
163 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Vera Lúcia Teixeira (APEDEMA)

164
165 **Lista de Presença de Convidados:** Edson Brasil (Jurídico-AGEVAP)

166 **Ausência Justificada:**

